

GÊNERO E DIVERSIDADES NA INFÂNCIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE FACE AO RETROCESSO CURRICULAR

Gender and diversity in childhood: challenges for teachers training as face to curricular setbacks

Género y diversidad en la infancia: desafíos para la formación docente frente al retroceso curricular

Fernanda Theodoro Roveri*

Secretaria Municipal de Educação de Campinas/SP – Bra.

RESUMO

O debate sobre as relações de gênero e sexualidade nos espaços escolares tem sido alvo de manifestos e contestações por parte de diversos setores da sociedade. Durante as últimas discussões do campo curricular, acirraram-se disputas em torno da exclusão da temática nos Planos de Educação e na Base Nacional Comum Curricular. Esse artigo tem como objetivo problematizar as desigualdades de gênero na infância, buscando contribuir para a formação dos (as) profissionais que vivenciam dia-a-dia e intensamente os cotidianos da Educação Infantil, em suas ambiguidades e contradições. Acreditamos que a compreensão acerca da infância e a problematização das relações de gênero nas escolas favorecem o respeito às diversidades e a garantia dos direitos humanos, sendo necessária uma construção coletiva de ações que combatam diversas formas de exclusão e de preconceito as quais as crianças são submetidas.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. Infância. Formação de professores.

ABSTRACT

The debate on gender and sexuality relations in school spaces has been the object of dispute among different sectors of the society. During the current discussions about the curricular field, disputes arose around the exclusion of thematic in the Plans of Education and in the National Curricular Common Base. This article aims to raise discussions about gender inequalities in childhood, seeking to contribute to the professionals' training who experience intensely the daily life of children's education, in its ambiguities and contradictions. We believe that the understanding about childhood and the discussion of gender relations in schools favor respect for diversity and human rights, and a collective construction of actions is necessary to fight several ways of exclusion

Keywords: Gender. Early childhood Education. Childhood. Teachers Education.

RESUMEN

El debate sobre las relaciones de género y sexualidad en los espacios escolares ha sido objeto de manifestos y rechazos por parte de diversos sectores de la sociedad. En las actuales discusiones, se han incrementado las disputas acerca de la exclusión de la temática en los Planes de Educación y en la Base Nacional Común Curricular. Este artículo tiene como objetivo problematizar las desigualdades de género en la infancia, buscando contribuir para la formación de los (as) profesionales que viven día a día e intensamente los cotidianos de la Educación Infantil, en sus ambigüedades y contradicciones. Creemos que la comprensión acerca de la infancia y la problematización de las relaciones de género en las escuelas favorecen el respeto a las diversidades y a la garantía de los derechos humanos, siendo necesaria una construcción colectiva de acciones que combatan las diversas formas de exclusión y de prejuicio a las que los niños son sometidos.

Palabras-clave: Género. Educación Infantil. Infancia. Formación docente.

Introdução

Discutir as relações de gênero e sexualidade nos espaços escolares tem causado muito incômodo em diversos setores da sociedade. Nesse debate, pouco se considera a voz dos e das profissionais que vivenciam dia-a-dia e intensamente os cotidianos escolares com as crianças, em suas ambiguidades e contradições. Também são silenciados aqueles e aquelas que lutam, em diversas instâncias, pelo respeito às diversidades e aos direitos humanos, buscando articular ações para combater as desigualdades de classe, étnico-racial, de gênero, dentre outras tantas as quais as crianças e os jovens são submetidos. Mais especificamente, menciono o desrespeito de nossos políticos que desconsideraram a importância do debate e da problematização das desigualdades de gênero, como se pode constatar desde a elaboração dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, até a Base Nacional Comum Curricular, por exemplo, acreditando tratar-se de um campo ideológico imoral.

Gostaria aqui de iniciar essa discussão trazendo algumas questões para pensarmos as relações entre gênero, sexualidade e infância. Sayão (2003), ao discutir a importância do debate sobre gênero e infância na formação de profissionais da educação, nos traz a seguinte problemática: “Em que medida estudar a infância amplia a categoria gênero? Em que medida gênero nos possibilita entender melhor a infância?” (SAYÃO, 2003, p. 82). Diante dessas questões, é necessário discutirmos, brevemente, as relações entre infância, gênero e sexualidade, bem como alguns desafios que os mesmos trazem para as práticas com as crianças na Educação Infantil, instigando nossas ações de vigilância e resistência no atual contexto de retrocesso político.

Contribuições dos estudos de gênero para a docência e a infância

Apesar dos avanços na produção acadêmica sobre a formação de professores(as), muitos são os desafios para o aprofundamento da compreensão do trabalho docente na perspectiva das relações de gênero (ALVARENGA e VIANNA, 2012). No decorrer do processo histórico de feminização do magistério, inúmeras práticas sexistas foram determinantes para a precarização das condições de trabalho, para o rebaixamento salarial e para a reprodução de estereótipos (VIANNA, 2002). Um desses aspectos é o cuidado, que passou a ser visto como essencialmente feminino, lugar inferior na sociedade.

Carvalho (1999) analisa o trabalho docente na perspectiva das relações de gênero e destaca que esta feminização não acarretou apenas no aumento da presença de mulheres na profissão docente, mas o deslocamento de significados de escola, de criança, de ensino, de maternidade, de feminilidade e de masculinidade. Ao tratar da presença masculina na educação infantil, Silva (2001) destaca o quanto essa profissão ainda é vista com estranhamento, já que o mito do amor da figura da mãe-professora condiciona a forma de atuação profissional desejada com as crianças. Além disso, o estereótipo do papel do homem como o provedor econômico demarca seu afastamento da profissão docente. O autor nos convida a pensar na formação docente e nas experiências na educação infantil para além dessa dicotomia, destacando que as relações de gênero presentes na educação das crianças pequenas são fundamentais para o encontro entre homens e mulheres, bem como para a compreensão das desigualdades e das diferenças manifestadas no cotidiano da educação infantil (SILVA, 2001).

Um dos desafios é concebermos a docência além da presença do sexo feminino, superando o determinismo biológico e olhando culturalmente para a construção das relações de poder socialmente construídas. Pensar os pressupostos de gênero que perpassam a docência significa, assim, perceber como os discursos sociais produzem representações acerca do que é ser professora e professor. Acreditamos, assim, que a experiência educativa apresenta uma dimensão singular, ou seja, as nossas trajetórias são marcadas por relações pessoais, coletivas e históricas. Isso significa

que a escola, o currículo e os sujeitos são constituídos por histórias de vida que se entrecruzam e estabelecem novos sentidos.

Nesse aspecto, as creches e pré-escolas constituem locais de encontro e de confronto entre os diferentes sujeitos que protagonizam esses espaços públicos e coletivos. Como problematiza Sayão (2003) várias maneiras de viver a infância se apresentam de modo diferenciado para meninos, meninas, negros, brancos, quilombolas, indígenas, ricos, pobres, etc. Desde que nascemos, pertencemos às distintas esferas sociais, nas quais discursos e práticas nos constituem, afirmam e constroem o que é ser normal e o que não é, constroem regimes de verdade, estereótipos, práticas machistas, sexistas e homofóbicas. Por outro lado, sabemos que as identidades, as sexualidades e os gêneros estão em constante processo de transformação. Ao longo da história da humanidade os sentidos e os significados de gênero e sexualidade foram se modificando. Ribeiro (2012, p. 213), nos instiga a refletir: “como as rupturas, as continuidades, as descontinuidades acontecem nesse processo de ‘definir’ pessoas?”.

Pensar mais especificamente nas relações de gênero, de classe, étnico-raciais na infância implica de antemão esclarecer que concebemos aqui o caráter não universal da infância (PINTO e SARMENTO, 1997), ou seja, diferentes culturas produzem infâncias diversas. Assim, brinquedos, brincadeiras, roupas, alimentos e outros objetos da cultura material produzidos para crianças são elementos que também nos permitem uma leitura de como cada sociedade compreende e produz significados diferentes para as infâncias. As cidades, com suas geografias, as instituições, as mídias e a publicidade também são lugares que participam da construção das identidades dos sujeitos. É preciso lembrar que os lugares e os objetos, até os mais banais, educam nossos corpos, nossas sensibilidades e sociabilidades.

Diante das diversas formas pelas quais nossos corpos são educados, podemos refletir: Que marcas identitárias as crianças e os bebês deixam nos espaços? De que formas elas afirmam suas presenças e transgridem as fronteiras estabelecidas? Como constroem relações e memórias de pertencimento? Reconhecemos a infância como uma categoria produzida historicamente, dentro de um conjunto de relações, o que implica vê-la como algo não essencializado na biologia ou na natureza. As crianças, em suas diversidades étnico-raciais, de gênero e classe são sujeitos que ocupam, vivenciam e protagonizam os espaços, trazendo marcas de suas culturas e de suas singularidades. Sendo assim, podemos falar que existem inúmeras infâncias que estão em constante processo de resignificação e transformação.

Todas essas formas de representação historicamente construídas – infância, gênero, sexualidade, dentre outras, - sejam em imagens, sejam em discursos, participam da construção das identidades dos sujeitos. Silva (2014) considera a identidade e a diferença como resultados de um processo de produção simbólica e discursiva, advertindo que elas não são naturais, mas são ativamente produzidas cultural e socialmente. A escola também é um espaço que produz identidades e subjetividades: todo currículo tem efeitos sobre as pessoas, pois contribui para a produção de sujeitos dotados de classe, gênero, sexualidade, raça e etnia, dentre outros marcadores sociais. Os estudos de gênero aparecem no Brasil na década de 1980 e ampliam nossa compreensão acerca dos modos de ser dos sexos, vistos como uma construção fundamentalmente social, fundada em atos de linguagem. O conceito de gênero pode ser considerado uma ferramenta para romper com o determinismo biológico que naturaliza a constituição de mulheres e homens, permitindo problematizarmos as relações desiguais e de dominação. Louro (2001) analisa que as instituições, os símbolos, as normas, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino. A autora afirma que

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (LOURO, 2001, p. 9).

Nesse sentido, se tomarmos uma pesquisa¹ realizada no ano de 2013 com cerca de 2000 meninas de diversas regiões do Brasil, em 2013, podemos perceber que, enquanto 81,4% das meninas arrumam sua própria cama, 76,8% lavam louça e 65,6% limpam a casa, apenas 11,6% dos seus irmãos homens arrumam a sua própria cama, 12,5% dos seus irmãos homens lavam a louça e 11,4% dos seus irmãos homens limpam a casa. Esses dados nos permitem questionar acerca das desigualdades na educação das crianças brasileiras, provocando-nos a pensar se, quando meninos e meninas chegam às creches e pré-escolas, essas diferenças são naturalizadas? Quando é preciso ações que envolvem o cuidado, - organizar os espaços e os materiais, ajudar os amigos menores, fazer a limpeza - que comportamentos esperamos de meninos e de meninas? É preciso considerarmos que não só as instituições como família e escola educam as crianças, mas também os objetos que fazem parte de nossa cultura. Os brinquedos vendidos às meninas e aos meninos são portadores de rótulos que definem o que é ser homem e ser mulher em nossa sociedade. Desde pequenas:

As crianças aprendem a enxergar com *naturalidade* os abismos que separam seus brinquedos nas gondolas em faixas etárias e gêneros distintos. Meninas e meninos são vistos como *segmentos* de mercado e os brinquedos são fabricados e expostos nas lojas de modo que lhes fixe uma identidade. Enquadradas em um perfil de consumo, acredita-se que as crianças terão uma experiência agradável de compra ao deparar-se com um brinquedo *personalizado* para "suas necessidades sexuais e características etárias" (ROVERI e SOARES, 2011, p. 156. Grifos das autoras).

Os brinquedos, objetos da nossa cultura material, anunciam aos meninos que sejam velozes, corajosos, viris e fortes: Se aparecer uma menina à frente, destruam-na! Esta aprende a embelezar-se, fazer compras no shopping, cuidar da casinha e das bonecas. Muitas vezes os espaços educativos deixam de promover situações contestadoras dessas relações, não oferecendo um repertório que construa outras possibilidades para o brincar ou, ainda, deixando de permitir que as crianças transgridam as fronteiras binárias de gênero. Comprometer-se com as questões de gênero em educação implica uma análise de processos sociais mais amplos que marcam e discriminam sujeitos em função tanto do seu gênero quanto em função da etnia, sexualidade, classe social, religião, aparência física, nacionalidade etc. Por isso, como lembra Rosemberg (2014), o trabalho educativo deve centrar-se não na transmissão de uma cultura coesa e homogênea, mas na elaboração e valorização da diversidade no confronto de sua tensão com a desigualdade.

Scott (1995) e Nicholson (2000), enfatizam a necessidade de uma atenção às linguagens e ao papel das diferenças percebidas entre os sexos na construção de todo sistema simbólico, especialmente na significação das relações de poder. Nesse sentido, para que possamos caminhar em direção ao rompimento das desigualdades que marcam os cotidianos dos espaços educativos, é preciso refletirmos: Como se organizam as brincadeiras? Quem ocupa cada espaço? Quais são nossas escolhas - livros, filmes, brinquedos...? Como se faz a divisão na organização da rotina - contagem das crianças, filas, distribuição de materiais, servimento do lanche, etc.?

Como é o uso dos banheiros entre as crianças? Permitimos o contato e o conhecimento de seu corpo e do corpo do outro, de suas descobertas e sensações? Que tipos de elogios fazemos aos meninos e às meninas? Estamos atentas (os) às diversidades e às diferenças? Os estereótipos são discutidos? Rompemos com as padronizações? Diante dessas questões, é importante problematizarmos aqui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual não só classifica as crianças em grupos etários rígidos e distintos, como também consolida práticas que há décadas corroboram para o sexismo.

¹A pesquisa "Por ser menina no Brasil: Crescendo entre direitos e violências" foi realizada em 2013 pela Plan International Brasil e apresentada pelo Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero - UFRGS. Disponível em: <<https://plan.org.br/por-ser-menina>>. Acesso em: 11 set.2018.

Vale lembrar que, durante a elaboração do documento, houve intenso debate e defesa, por parte de setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, da exclusão do termo "orientação sexual" e das discussões sobre as questões de gênero.

Como consequência, no documento da Educação Infantil, por exemplo, as sexualidades não aparecem como uma das dimensões do campo de experiência denominado "Corpo", fato esse que corrobora ainda mais para a fragmentação deste na formação de bebês e de crianças pequenas. Mesmo que o documento tenha sido pautado pela ausência da temática de gênero e sexualidade e pelo esvaziamento da noção de corpo, percebemos que predomina uma concepção sexista na Educação Infantil. No campo de experiência "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações", por exemplo, o documento propõe que a rotina com crianças de apenas 1 ano e 7 meses seja iniciada a partir da contagem em roda dos colegas presentes e ausentes, classificando-os em dois grupos distintos: meninos ou meninas (EI02ET08)². Se o objetivo parece ser ensinar matemática para bebês, a prática escolhida para classificar crianças tão pequenininhas e que ainda estão em processo de verbalização e de descoberta de seus corpos revela outro objetivo implícito: espera-se que os sujeitos da mais tenra idade adentrem diariamente as creches e logo aprendam a se identificar e a se relacionar por meio da dicotomia de gênero.

Diante disso, é necessário enfatizarmos as contribuições dos estudos de gênero e sexualidade para nossa atuação na Educação Infantil, os quais nos permitem reconhecer a importância da multiplicidade de relações na formação das identidades das crianças. O brincar, nesse aspecto, é um dos espaços privilegiados para o rompimento das ambiguidades de gênero (VIANNA e FINCO, 2016). As crianças inúmeras vezes subvertem as regras e recriam novos sentidos para seus brinquedos e suas relações. A partir de práticas que as incentivam a transpor as fronteiras de gênero, as crianças são capazes de elaborar brincadeiras criativas, exercer a imaginação, experimentar diferentes modos de ser e de descobrirem seus corpos. Durante a brincadeira os papéis são negociados, aceitos ou não.

Os diálogos, no brincar, são elaborados envolvendo as diferentes linguagens, os corpos, os objetos, os espaços e as convenções que estão em jogo. É importante também repensarmos o uso dos espaços e os materiais ofertados, possibilitando o contato com a natureza, sua manipulação (água, lama, areia, plantas, etc.) e a criação de seus próprios brinquedos, rompendo com os estereótipos de gênero embutidos nos brinquedos industrializados. A brincadeira é, assim, esse território onde o impossível torna-se possível, onde o real se desmancha, se desfaz e refaz a todo momento. O fazer educativo com bebês e crianças pequenas implica, portanto, reconhecê-los como sujeitos inventivos e transgressores, que desafiam a todo momento as lógicas binárias dos adultos.

Considerações finais

A temática aqui discutida constitui uma possibilidade de questionamento das desigualdades as quais as crianças são submetidas nos diversos espaços educativos. Essas reflexões nos convidam a identificar os desafios atuais para o enfrentamento e o combate às discriminações, violências, sexismo e homofobia manifestadas nas diversas esferas sociais.

Nossas práticas pedagógicas devem articular as diversidades como garantia dos Direitos Humanos, em parceria com as crianças, suas famílias e as equipes pedagógicas das escolas, superando práticas prescritivas e coercitivas dos atuais documentos curriculares. A docência na infância impõe-nos importantes desafios, tais como a qualidade do atendimento, o compromisso social e o respeito às diversidades. Problematicar as relações de gênero e sexualidade na infância – diferentemente de

² Trata-se de um código alfanumérico empregado no documento para identificar esse objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações".

uma “ideologia de gênero” - é corroborar para que meninas e meninos vivenciem juntos o respeito, as descobertas de si e do outro e o protagonismo de suas brincadeiras e relações.

Referências

ALVARENGA, C. F.; VIANNA, C. P. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão do uso tempo no trabalho docente. *Laboreal*, Porto, v. 8, n. 1, p. 11-27, jul. 2012. Disponível em: http://laboreal.up.pt/files/articles/2012_07/pt/11-27.pdf. Acesso em 20 out. 2018.

CARVALHO, M. P. de. *No coração da sala de aula: Gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-34.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.8, n.2, 2000, p.9-41. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167> . Acesso em: 20 out. 2018.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. *As crianças, contextos e identidades*. Braga: Ed. Bezerra, 1997.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. *Por ser menina no Brasil*. Disponível em: <https://plan.org.br/por-ser-menina>. Acesso em: 11 set. 2018.

RIBEIRO, C. M. Pedagogizando prazeres de crianças pequenas ou...educando para as sexualidades...!?. In: FILHA, C. X. (org). *Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. p.203-216.

ROSEMBERG, F. Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 742-759, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a13v44n153.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

ROVERI, F. T.; SOARES, C. L. Meninas! sejam educadas por Barbie e "com" a Barbie... *Educ. rev.*, Curitiba, n. 41, p. 147-163, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/10.pdf>. Acesso em 11 set. 2018.

SAYÃO, D. T. Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância. *Pro-Posições*, v. 14, n. 3, p. 67-87, mar. 2003. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2211/42-dossie-sayaodt.pdf>. Acesso em 11 set. 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 11 set. 2018.

SILVA, P. R. A presença masculina na Educação Infantil: diversidade e identidades na docência. In: FARIA, A. L. G. de; FINCO, D. (Orgs.). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas/SP: Autores Associados, 2011. p. 105-118.

SILVA, T. T. da. (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

VIANNA, C. P.; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, n. 33, p. 265-283, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/10.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora de Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Campinas, São Paulo/Brasil. E-mail: ferdth@yahoo.com.br.

Recebido em 10/08/2018

Aprovado em 15/10/2018